

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

OTÁVIO LUÍS CORRÊA SÁ

A EVOLUÇÃO DA DINÂMICA INDUSTRIAL EM SÃO LUÍS DO MARANHÃO

São Luís

2024

OTÁVIO LUÍS CORRÊA SÁ

A EVOLUÇÃO DA DINÂMICA INDUSTRIAL EM SÃO LUÍS DO MARANHÃO

Monografia apresentada ao Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Maranhão como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Regina Célia de Castro Pereira

São Luís


2024

A EVOLUÇÃO DA DINAMICA INDUSTRIAL EM SÃO LUIS DO MARANHÃO

Monografia apresentada ao curso de
Graduação em Geografia da Universidade Estadual
do Maranhão como requisito parcial para obtenção
do grau de Bacharel em Geografia.


Aprovada em: 13/08/2024.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 REGINA CELIA DE CASTRO PEREIRA
Data: 04/10/2024 14:28:45-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


Prof. Dra. Regina Célia de Castro Pereira
(Orientadora)

Universidade Estadual do Maranhão - UEMA

Documento assinado digitalmente
 JOSE SAMPAIO DE MATTOS JUNIOR
Data: 22/09/2024 09:01:30-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. José Sampaio de Mattos Junior (1º Avaliador)

Universidade Estadual do Maranhão - UEMA

Documento assinado digitalmente
 LUIZ CARLOS ARAUJO DOS SANTOS
Data: 27/09/2024 17:42:54-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Luiz Carlos Araújo dos Santos (2º Avaliador)

Universidade Estadual do Maranhão - UEMA

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus.

Um agradecimento especial a minha orientadora, professora Regina Célia de Castro Pereira por aceitar conduzir o meu trabalho de pesquisa.

A todos os professores do curso de geografia bacharelado da Universidade Estadual do Maranhão pela excelência da qualidade técnica de cada um, através de seus ensinamentos me permitiram apresentar um melhor desempenho no meu processo de formação profissional.

Aos meus colegas de curso pelas trocas de ideias e ajuda mutua.

Aos meus pais Luzinete e Benedito que sempre estiveram ao meu lado, me apoiando ao longo de toda trajetória.

A Lucia, minha namorada pela compreensão e paciência demonstrada durante todo o período de projeto.

Agradeço também a todos os profissionais, pesquisadores e estudiosos que contribuíram com seus trabalhos e estudos para a fundamentação teórica desta pesquisa. Suas descobertas tornaram inspiração para minha busca por conhecimento e excelência.

Por fim agradeço a todos que através de seus pensamentos positivos me auxiliaram nesta jornada acadêmica me deram força para superar os desafios.

RESUMO

Este trabalho tem por finalidade discutir a dinâmica da industrialização ludovicense iniciada nos anos de 1970 enfocando os projetos de desenvolvimento industrial aplicados na capital maranhense e seus reflexos na atual estrutura espacial da cidade. Os programas de incentivos federais e estaduais foram aplicados na estruturação de um polo industrial, relacionando a industrialização à dinâmica do espaço, esse modelo fabril se iniciou de forma moderada nos anos 70, crescendo e se consolidando nos anos a seguir. Foram utilizadas imagens adquiridas no IBGE através de análises e procedimentos feitos em ambiente SIG, utilizando o software livre QGIS 3.16 – Hannover, que resultou no mapa de localização. Com destaque para a inserção de áreas industriais que reconfiguraram de forma negativa a região, porém refletiu na economia. Observar-se-á que apesar de todo investimento, tanto do capital público quanto do privado, não houve um amplo desenvolvimento social na capital maranhense.

Palavras-chave: desenvolvimento; indústria; espaço; capital.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de localização do Distrito Industrial de São Luís-MA	22
Figura 2 - Governador eleito José Sarney e o Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco em visita oficial a São Luís, na janela do Palácio dos Leões, em 1966	24
Figura 3 - Modulação do Distrito Industrial de São Luís-MA	29
Figura 4 - Layout ocupacional do Distrito Industrial de São Luís-MA	30
Figura 5 - Características da Estrada de Ferro Carajás.....	31
Figura 6 - Histórico dos limites do Distrito Industrial de São Luís (1980, 2002, 2004)	32
Figura 7 - Mapa Operacional da Vale	37
Figura 8 – Cartograma comparativo de uso e cobertura da terra em São Luís.....	38
Figura 9 - Residências às margens da BR-135	39
Figura 10 - Ranking dos aglomerados subnormais do município de São Luís por domicílios particulares ocupados em 2010.....	40
Figura 11- Notícia do Jornal do Dia	41
Figura 12 - Entrada da Vila Maranhão, acesso via BR-135	43

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Projetos industriais aprovados até abril de 1967, especificação por estado	26
Tabela 2 - Territórios rurais expropriados para implantação da ALUMAR	33
Tabela 3 - Sistema ocupacional do Distrito Industrial de São Luís-MA.....	34
Tabela 4 - Número de habitantes por comunidade em 2022	37

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução do PIB do Maranhão e do Brasil.....	41
Gráfico 2 - Importações e Exportações	44

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ALUMAR – Consórcio Alumínio do Maranhão

CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CDIMA – Companhia de Desenvolvimento de Distrito Industrial do Estado do Maranhão

COMARCA – Conselho Nacional do Ministério Público

CVRD – Companhia Vale do Rio Doce

DISAL – Distrito Industrial de São Luís

EMAP – Empresa Maranhense de Administração Portuária

ESG – Escola Superior de Guerra

GEPLAN – Gerência de Estado de Planejamento e Gestão

GTDN – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IMESC – Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

PGC – Programa Grande Carajás

PIB – Produto Interno Bruto

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

REFFSA – Rede Ferroviária Federal

SASUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SUDEMA – Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão

SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	21
3 A IMPLANTAÇÃO DO DISTRITO INDUSTRIAL	22
3.1 Localização da área de estudo	22
3.2 O Estado como garantidor do desenvolvimento	22
4 A INDUSTRIALIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS	27
4.1 Cenário pré-industrialização em São Luís-MA	27
4.1.1 Considerações sobre o Distrito Industrial do município de São Luís-MA.....	28
4.1.2 A implantação do Distrito Industrial de São Luís	28
4.1.3 O início da atividade industrial.....	30
5.1 Processo de modernização da economia ludovicense	36
5.2 O reflexo do Distrito Industrial na economia	40
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
REFERÊNCIAS	48

1 INTRODUÇÃO

A economia maranhense moderna, fortemente marcada pela exportação de produtos minero-metalúrgico, apresenta taxa cada vez mais expressiva de aumento de produção. É sabido que tal atividade transformou as dimensões espaciais ludovicense, reconfigurando, assim, seu território; processo este iniciado para inserir a capital maranhense na Divisão Internacional do Trabalho, gerando empregos e reduzindo os índices da pobreza na Região Nordeste.

O presente trabalho tem por objetivo analisar e tecer algumas considerações sobre o processo de industrialização em São Luís e a dinâmica do distrito industrial a partir dos anos de 1970, identificando também as concepções de desenvolvimento econômico que proporcionaram a industrialização e a estruturação do distrito industrial em São Luís-MA, relacionando o processo de industrialização a dinâmica do espaço e representando cartograficamente a dinâmica do distrito a partir de 1970.

O modelo de desenvolvimento implantado na capital maranhense foi através da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), órgão estatal criado em 1959 pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) (Palhano; Sousa, 2008). Tal órgão trabalhou com os governos estaduais nos anos 1970, cujo objetivo era construir um novo Nordeste, diminuindo disparidades regionais por meio do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), investindo em infraestrutura como transporte, produção de energia e comunicações. Dessa forma, esperava-se retirar o Maranhão e a cidade de São Luís de suas estruturas atrasadas (Costa, 2023).

A eleição de José Sarney para governador do Maranhão, em 1965, foi primordial para a modernização de São Luís, de modo que a aproximação entre o chefe do executivo local com o governo federal garantiu a presença dos grandes projetos econômicos que proporcionaram o milagre maranhense.

O Estado constituiu um agente que impulsionou a economia. Partindo dos princípios liberais, veio a garantir os interesses privados do capital industrial, principalmente, através de leis. Dessa forma, cria-se o Distrito Industrial de São Luís (DISAL) na capital maranhense por força de lei na porção oeste da capital (Dardot; Laval, 2014).

A criação de distritos industriais passa pela formação de um complexo de pequenas e médias empresas entrelaçadas com instituições de diversas categorias e com forte envolvimento local. Neste estudo, é apresentado o processo de industrialização de São Luís e

a dinâmica do Distrito Industrial iniciada nos anos 1970, identificando as concepções de desenvolvimento econômico que proporcionaram a industrialização e a estruturação do distrito e sua relação com a dinâmica do espaço (Ferreira, M., 2003).

Esta pesquisa está estruturada em três capítulos, em que o primeiro versa sobre as estratégias de desenvolvimento da capital maranhense; o segundo sobre a criação do Distrito Industrial e suas consequências locais; e o terceiro capítulo quanto à modernização de São Luís.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia, que é a ferramenta mais importante do trabalho, vem a ser a forma de estudar e avaliar os métodos disponíveis através de um conjunto de procedimentos para a obtenção de determinado conhecimento mediante o método (Barros; Lehfeld, 2013). Trata-se de um processo intelectual objetivando resultado. É a abordagem da problemática. É por meio dos métodos disponíveis que se observam as limitações.

O presente trabalho apresenta uma breve análise acerca do processo de industrialização em São Luís e a dinâmica do DISAL, a partir dos anos 1970, identificando as concepções de desenvolvimento econômico que proporcionaram a industrialização e a estruturação do DISAL, além da representação cartográfica da dinâmica do distrito relacionando o processo de industrialização à dinâmica espacial.

O problema gerador desta pesquisa se refere aos aspectos de desenvolvimento industrial implantados na capital maranhense tendo como sustentação o uso do espaço, o solo como investimento econômico e a exclusão das comunidades locais desse desenvolvimento.

Para alcançar os objetivos da pesquisa, executou-se revisão de literatura, buscando informações sobre as alterações sociais e econômicas ocorridas com a implantação dos projetos industriais em São Luís, priorizando dados econômicos, como preconiza Santos, M. (2013), com uma análise objetiva visando seja uma abordagem econômica seja in loco, direcionado pela preocupação de conhecer as causas, os efeitos e os mecanismos, com a possibilidade de reformular teorias econômicas.

A utilização do estudo das referências bibliográficas e as observações in loco possibilitaram a compreensão e a análise mais ampla de como o desenvolvimento industrial atrelado ao espaço excluiu as comunidades locais desse desenvolvimento, além de pesquisas em banco de dados oficiais como IBGE, IMESC e CAGED. Além da revisão bibliográfica, contou-se com a utilização de recursos tecnológicos para a confecção de mapas, geoprocessamento e sensoriamento remoto.

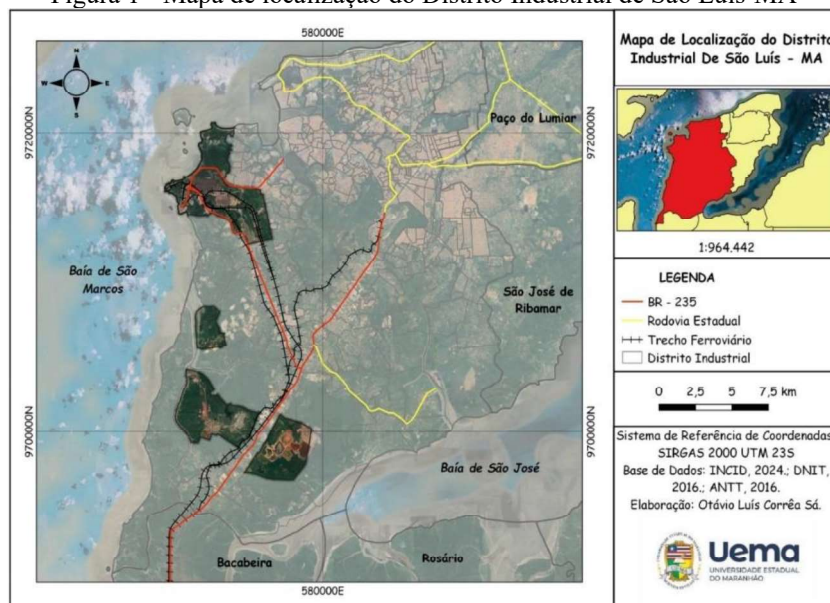
A evolução tecnológica provocou um avanço nas pesquisas científicas, de modo que na geografia não foi diferente, promovendo um aprimoramento dos dados, logo, maior credibilidade à pesquisa. Para um manejo mais efetivo dos dados, foram utilizadas técnicas de geoprocessamento ligadas às informações espaciais que culminou na confecção dos mapas (Leite; Rosa, 2006).

3 A IMPLANTAÇÃO DO DISTRITO INDUSTRIAL

3.1 Localização da área de estudo

Instituído pela Lei n.º 3.589 de 24 de novembro de 1974, o Distrito Industrial de São Luís (DISAL) está localizado nos bairros Tibiri-Pedrinhas e Itaqui-Bacanga, região oeste da Ilha de São Luís, possuindo acesso pela BR135, Barragem Itaqui-Bacanga, estação ferroviária da VALE e os portos Ponta da Madeira e Itaqui.

Figura 1 - Mapa de localização do Distrito Industrial de São Luís-MA



Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

3.2 O Estado como garantidor do desenvolvimento

De acordo com o IPEA¹, no relatório Perspectivas do Desenvolvimento Brasileiro (2010), a presença do Estado na economia sempre foi fonte inesgotável de ruidosas polêmicas. Mas, acima dos dogmas, prevaleceu na história a certeza de que, no Brasil, o Estado nunca foi coadjuvante nos momentos decisivos, mas, ao contrário, a industrialização brasileira, a partir dos anos 1930, deu-se com forte intervenção do Estado no papel de planejador, orientador, financiador, regulador das atividades econômicas, produtor direto e agente da manutenção da ordem social.

¹ O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), fundação pública criada em 1964, inicialmente, vinculado ao Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), com sede em Brasília, tem como função fornecer suporte através das suas pesquisas para ações governamentais de políticas públicas.

A ação do Estado continuou a ser decisiva, mesmo após o término da Segunda Guerra Mundial, ao investir maciçamente em infraestrutura através da construção de estradas, portos, da geração de energia elétrica, bem como na indústria de base (mineração, petróleo, siderurgia, metalurgia, energia elétrica) e nos serviços de comunicação, atuando em atividades diretamente produtivas e em várias frentes. Essas tarefas assumidas pelo Estado brasileiro proporcionaram as condições necessárias para o ingresso do país em uma fase mais avançada do processo de industrialização, com a ocupação de setores industriais dinâmicos.

Segundo o IPEA (2008), o processo de industrialização brasileira nos anos 1970 foi fomentado pelo Estado, o qual orienta e financia os agentes econômicos; paralelo a isso, as funções estatais são ampliadas nas duas décadas seguintes, enquanto a criação de empresas públicas favorecia a concentração de renda para o grande capital. A presença desses dois agentes, o capital estrangeiro e o capital privado nacional contribuíram para que o PIB crescesse, em média, 6,5 % ao ano entre 1930 e 1980, transformando a economia brasileira de agrária para uma economia industrial moderna. O desenvolvimento ocorreria com a industrialização e a planificação, contando com a participação de empreendimentos estatais (Palhano; Sousa, 2008, p. 29).

O estado, de acordo com, tem, entre as suas responsabilidades, que garantir uma infraestrutura que venha gerar riquezas e empregos.

Ao longo de todo o período (1945 – 1970), o setor público cresceu, na maioria dos países capitalistas, em termos absolutos e relativos. Isto se deu, em parte, pelo desejo de os governos controlarem os serviços de infraestrutura (energia, transporte e comunicação) e de outros setores básicos, no intuito de planejar o desenvolvimento econômico (Singer, 1990).

Em 1964, com a ruptura constitucional, ascende um novo projeto econômico, de acordo com Sousa (2018), a Escola Superior de Guerra (ESG), a qual instaura um novo modelo tendo como base o desenvolvimento atrelado à segurança nacional. Em 1965, José Sarney foi eleito governador do Maranhão. O então Chefe do Executivo Estadual possuía uma relação direta com o governo Federal, sob o lema Maranhão Novo, José Sarney inicia uma série de medidas econômicas alinhadas ao discurso desenvolvimentista, reafirmando as relações entre o capital, multinacionais e as estruturas estatais, tanto para o poder executivo federal quanto para o estadual. O desenvolvimento industrial era uma condicionante para alavancar a Ascensão econômica do estado, logo, o Estado vem a ser o responsável pela estruturação do plano garantindo investimento através da SUDENE² para a criação do Distrito

2 A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), fundada em 1959, empresa pública responsável pelo desenvolvimento regional, visa reduzir as disparidades regionais entre o Nordeste e as outras regiões do Brasil através de investimentos públicos. As estratégias utilizadas pela Superintendência são frutos

Industrial do Maranhão, onde o governo do estado, enquanto parceiro, doou áreas para alocação de empresas nacionais e multinacionais.

Figura 2 - Governador eleito José Sarney e o Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco em visita oficial a São Luís, na janela do Palácio dos Leões, em 1966



Fonte: Retirada do Instagram no perfil do slzmemoria (2024)

Costa (2023) define que a união do então governador Jose Sarney aos chamados revolucionários de abril de 1964 facilitou o denominado Milagre do Maranhão ou milagre maranhense. A criação de instituições como a Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão (SUDEMA) tinha como objetivos planejar, coordenar as ações que promovessem o desenvolvimento. A aproximação política entre o governador do Maranhão e os militares era tão próxima que garantiram investimentos públicos e também a visita do presidente Humberto de Alencar Castelo Branco à capital (figura 2).

A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) possuía papel importante no desenvolvimento do Nordeste, trabalhando de forma concomitante com os governos estaduais, a criação de planos nacionais iria integrar o Nordeste ao desenvolvimento nacional, construindo, assim, um novo sistema econômico, utilizando as características geográficas de cada região e seus recursos naturais. Ademais, destaca-se a criação de Programas Especiais, a exemplo o II Plano Nacional de Desenvolvimento, o qual estimulou a criação de complexos industriais (Colombo, 2013).

das pesquisas do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, que são uma série de sugestões para o desenvolvimento de políticas de industrialização que viessem a diminuir as disparidades inter-regionais, utilizando sempre a criação de núcleos autônomos de expansão industrial.

Fundada em 1959, a SUDENE foi uma empresa pública responsável pela criação de estratégias visando o desenvolvimento da Região Nordeste; com o objetivo de reduzir as disparidades regionais entre o Nordeste e as outras regiões do Brasil através de investimentos públicos. As estratégias utilizadas pela Superintendência são frutos das pesquisas do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, coordenado por Celso Furtado (1920 – 2020). Partindo desses pressupostos, tem-se o Plano de Metas, como foi chamado o planejamento de ações direcionadas às políticas de industrialização e diversificação regional, de deslocamento da fronteira agrícola (Pinto, 2020, p. 55), que são articuladas em oito eixos:

1. Reformulação da política de aproveitamento de solos e água na região semiárida.
2. Reorganização da economia da região semiárida e abertura de frentes de colonização.
3. Intensificação dos investimentos industriais.
4. Solução para o problema da oferta de energia elétrica.
5. Aproveitamento de conquistas tecnológicas recentes.
6. Aumentada oferta de alimento nos centros industriais.
7. Assistência técnica aos governos estaduais.
8. Articulação geral da execução do plano (Holanda, 2008).

O Maranhão estava entre os dez estados com projetos aprovados até o ano de 1967 (tabela 1). Tais projetos industriais autorizados pela SUDENE garantiram o desenvolvimento de um mercado de capital com financiamento a longo prazo concedido pela BNB, garantindo, assim, investimentos privados nas regiões de atuação da Superintendência (Goodman; Sena; Albuquerque, 1971).

O mecanismo do artigo 34/18 representa assim, um meio bastante engenhoso de canalizar fundos quase públicos (prestes a se tornarem recursos governamentais) para a região menos desenvolvida, conservando a decisão sobre a aplicação de recursos e a administração das novas empresas industriais inteiramente nas mãos da iniciativa privada, com a única restrição da aprovação dos projetos pela SUDENE (Hirschman, 1967).

Tabela 1 - Projetos industriais aprovados até abril de 1967, especificação por estado

ESTADOS	Investimento planejado Total NCr\$1000000	%	Número de projetos	%
Bahia	304,0	36,2	47	18,5
Pernambuco	288,6	34,4	88	34,6
Alagoas	121,5	14,5	15	6,0
Ceará	39,6	4,7	43	17,0
Paraíba	23,6	2,8	28	11,0
Rio Grande do Norte	22,2	2,7	9	3,5
Sergipe	17,4	2,1	7	2,6
Minas Gerais	13,3	1,6	3	1,2
Piauí	5,0	0,6	8	3,1
Maranhão	4,4	0,5	6	2,4
Total	839,6	100,0	254	100,0

Fonte: Adaptado de Hirschman (1967)

Ao analisar a forma de trabalho da SUDENE, Hirschman (1967) descreve que tal organismo federal era quem aprovava ou autoriza mediante a prioridade para o setor, ou seja, conforme a sua importância estratégica, considerando aspectos como localização, número de empregados, tipo de indústria e outros. Empresa de produtos agrícolas, indústrias de consumo leves, refinarias de açúcar, indústria de processamento de óleos vegetais e tecidos de algodão são algumas das indústrias implantadas no Nordeste, diversificando, assim, sua estrutura industrial. Dessa forma, partindo das suas obrigações, a SUDENE formulou estratégias de desenvolvimento no Nordeste, de posse de alguns agentes facilitadores, como no Artigo 34/18 do Decreto n.º 3.995 de 14 de dezembro de 1961, que vem a ser de acordo com Hirschman (1967).

(...) a permissão concedida a todas as pessoas jurídicas nacionais de abaterem, de sua renda tributável, até de um valor de 50 % do total, desde que o invertam em projetos aprovados pela SUDENE para o Nordeste. Sendo a taxa do imposto de renda cerca de 30 % a isenção pode ser considerável (Hirschman, 1967, p. 6).

A organização industrial oferecida pela Doutrina de Segurança Nacional visava desarticular uma integração entre as chamadas ilhas econômicas através da modernização e da ampliação da estrutura de transportes herdada do império mercantil (Becker; Egler, 1992, p. 212). Os militares entendiam que os espaços vazios deveriam ser ocupados interligando pontos estratégicos do território nacional. Miyamoto (1995) afirma que as iniciativas governamentais como ampliação dos meios de comunicação possibilitariam uma melhor produção de riqueza, garantindo, assim, a soberania nacional e o escoamento da produção. As estratégias utilizadas estão sempre relacionadas com os sistemas de comunicação, observando o espaço e a posição geográfica de modo a garantir o fortalecimento do poder estatal.

4 A INDUSTRIALIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS

4.1 Cenário Pré-industrialização em São Luís-MA

Ao analisar o Censo 1960-1970 de São Luís, Corrêa (1975) observa que a capital maranhense possuía como característica uma economia sem industrialização, destacando-se com a venda de produtos primários no atacado e no varejo com a distribuição restrita devido à falta de infraestrutura, com poucas conexões internas logo, a capital influenciava microrregiões, principalmente, baixada oriental, Alto Munim e Pindaré. À medida em que aumentava a distância da capital, diminuía a relação comercial, ou seja, São Luís não possuía uma influência em todo território estadual, desta forma a falta de infraestrutura associada ao baixo povoamento conferia à capital maranhense um caráter periférico, atraso econômico comparando com outros estados, ausência de conexões internas

Tal cenário se modifica com o governo José Sarney (1966-1970), cujo discurso da modernização adentra ao cenário político maranhense com o lema Maranhão Novo, fazendo oposição ao vitorinismo. O desenvolvimento da indústria não é somente questão econômica, mas uma questão política (Iglesias, 1985, p. 58). Tal discurso de modernização, atrelado ao desenvolvimento, tirando o Maranhão do atraso através de grandes projetos econômicos da SUDAM e da SUDENE, em que os governos controlavam os setores básicos da economia no intuito de planejar o desenvolvimento econômico (Singer, 1990, p. 55).

O implemento de grandes projetos de extração mineral (C.V.R.D, ALUMAR) durante a década de 70, criou a expectativa de desenvolvimento econômico do estado, assim como do município de São Luís, tudo isso devido a crença do mito da cidade grande, que refletiu a ideia de desenvolvimento socioeconômico da cidade em consequência da implantação dos grandes projetos, na verdade o implemento de tais projetos trouxe profundas mudanças no Maranhão despreparado, bem como a cidade de São Luís (Santos; Mendes, 2005).

Holanda (2008) define que, na segunda metade da década de 1970, iniciam os grandes projetos idealizados pelo II PND, a instalação da CVRD e a ALUMAR. Com a implantação dos grandes investimentos em São Luís nos anos 1970, a disseminação do mito da cidade grande não aconteceu, logo, a realidade foi a segregação urbana, produzindo áreas carentes.

Várias são as ocupações ocorridas em São Luís, o processo de industrialização representou um caráter tanto ordenado quanto desordenado em relação aos seus arranjos espaciais, bem como ratificaram os movimentos contraditórios da cidade, definindo tanto por um caráter social das formas espaciais, como pelo aspecto cultural da população (Santos; Mendes, 2005).

Suporte essencial para o processo de desenvolvimento, o espaço geográfico (Oliveira, 2018) surge como elemento primordial sob o ponto de vista estratégico, contemplando etapas

do processo fabril como extração e circulação de matéria-prima e produtos industrializados. Esse segmento necessita, essencialmente, de espaços com grande potencial hidrológico, desencadeando múltiplas transformações e etapas.

4.1.1 Considerações sobre o Distrito Industrial do município de São Luís-MA

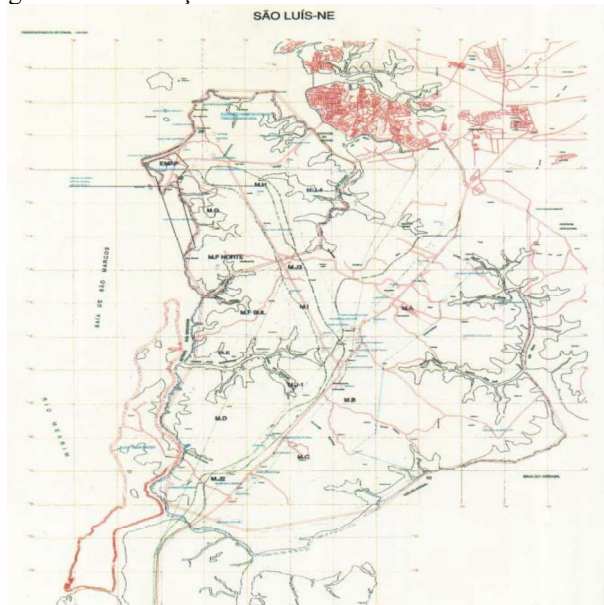
Ferreira (2023) define os Distritos Industriais como uma organização surgida na Inglaterra onde há uma concentração de manufaturas, possuindo, assim, em sua estrutura, várias firmas em diferentes escalas, em várias vias e produções. Para o surgimento de um Distrito Industrial, é necessário fatores produtivos como infraestrutura, políticas públicas de desenvolvimento com base na vocação e potencialidade, disponibilidade de água, energia elétrica, comunicação, unidades educacionais de ensino, unidade de saúde, habitação, acesso ferroviário, portuário e matéria-prima disponível e abundante.

Os elementos básicos dos modelos de Distrito Industrial a partir da análise original de Marshall indicam alto grau de especialização e forte divisão do trabalho; acesso a mão de obra qualificada; existência de fornecedores locais de insumos e bens intermediários; sistemas de comercialização de troca de informação técnica e comercial entre agentes. Argumenta-se, nesse sentido que a organização do Distrito Industrial permite as pequenas empresas obterem ganhos de escala, reduzindo custos, bem como, gerando economias externas, ressaltando a eficiência e competitividade das pequenas firmas de uma mesma atividade, localizadas em um mesmo espaço geográfico (Ferreira, M., 2003, p. 11).

4.1.2 A instalação do Distrito Industrial de São Luís

No Maranhão, a política de criação do Distrito Industrial foi competência da Companhia de Desenvolvimento de Distritos Industriais do Estado do Maranhão (CDIMA), assim localizado à margem esquerda da BR-135, no bairro Maracanã, área Tibiri-Pedrinhas; concebia-se de forma modular lotes destinados à implantação de indústrias diversificadas de pequeno e médio porte (Ferreira, M., 2003).

Figura 3 - Modulação do Distrito Industrial de São Luís-MA



Fonte: GEPLAN/MA (2002)

Dados os fatos, a função do Estado se reduz a garantir o direito privado de empresas, disciplinando as regras jurídicas, monetárias, comportamentais (Dardot; Laval, 2016). Cria-se uma situação de mercado, com novas condições políticas, modificando as regras de funcionamento econômico partindo das ideias neoliberais, em que o Estado é guardião dos direitos privados das regras jurídicas. Esses fatores são evidenciados na capital maranhense com a criação do Distrito Industrial de São Luís (DISAL).

O DISAL teve seu primeiro traçado baseado no Decreto Estadual nº 3.589, de 28 de novembro de 1974, que delimitava a área industrial do Itaqui-Bacanga. Posteriormente, o Decreto Estadual nº 3.840, de 22 de abril de 1977 determina como industrial a área Tibiri-Pedrinhas. A obrigatória adequação do DISAL à legislação ambiental, como as áreas Itaqui-Bacanga e Tibiri-Pedrinhas unificadas em um só distrito, resultou na formulação do Decreto Estadual nº 7.632, de 23 de maio de 1980, que declarava que o distrito industrial de São Luís obtinha uma área de 19.946,23 há (Figueiredo, 1994, p. 59).

O quadro industrial na capital maranhense dar-se-á a partir do entendimento das aplicações dos grandes projetos tecnológicos e industriais implantados no Maranhão (Santos; Mendes, 2005, p. 4). Mesmo com os investimentos da SUDENE, o Maranhão continuou sem uma crescente evolução econômica, os projetos minero-metalúrgicos implantados nos anos 1970 iniciaram suas operações nos primeiros anos de 1980, porém sem nenhuma melhora na qualidade de vida da população local. A ausência de processos produtivos inovadores ou tecnologias transformaram o Maranhão em uma área de reserva capitalista, que possuía como diferencial das regiões sul e sudeste do país apenas as isenções fiscais.

Ao analisar a conjuntura econômica e social, Rolim Filho (2016) define que:

Para Holanda (2008), “os projetos sob a égide do II Plano Nacional de Desenvolvimento se sobrepuseram à pecuária extensiva e a economia camponesa. A

instalação da CVRD e da ALUMAR inserem São Luís na fase produtiva da economia nacional”.

Figura 5 - Características da Estrada de Ferro Carajás



Fonte: Página da VALE (2024)³

Os “Grandes Projetos implantados no Maranhão alteraram as estruturas do Estado” (Botelho, 2007). A CVRD interferiu diretamente na vida da população ludovicense e de outros municípios como Santa Inês, Açailândia e Imperatriz. Ferreira, A. (2014) define que tais alterações foram positivas, a exemplo da dinamização da economia que estava em declínio, a ampliação do efeito multiplicador da economia urbana e a geração de emprego, porém os impactos negativos se sobrepõem aos positivos, como a expulsão de famílias residentes nos entornos dos projetos. (tabela 2).

Araújo (2022) assinala que o governo do Estado converteu terras públicas em privadas, iniciando uma série de expropriações sob a justificativa de abrir espaço para a atuação de grupos empresariais (figura 4) conforme a necessidade do capital; haja vista, o estado dispõe de grandes lotes de terra. Mediante a descrição da Estrada de Ferro Carajás (figura 5), sua implantação garantiu a movimentação de pessoas a 27 municípios antes atendidos por rodovias, além de baratear o preço das passagens.

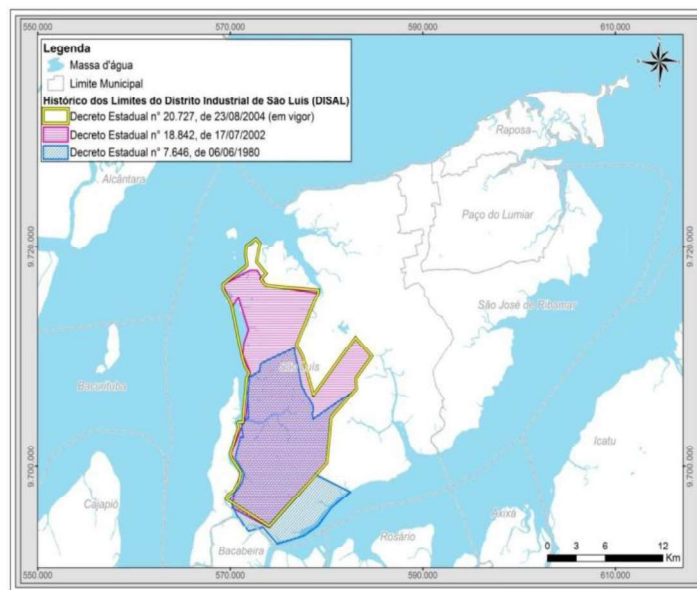
Ainda sob a ideia de um novo Maranhão atrelado ao desenvolvimento, a CVRD recebeu mais de 3.000 hectares em 1974 em áreas próximas ao Porto do Itaqui. No mesmo bojo de investimentos, é implantada, à revelia da população local, a ALUMAR, nos anos

³ Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/pt/aboutvale/news/paginas/vale-renova-frota-trem-de-passageiros-estrada-de-ferro-carajas.aspx>. Acesso em: 12 mar. 2024.

1980, empreendimento criticado devido a problemas ambientais e desapropriações de terra (tabela 2). Inicialmente, foram disponibilizados 10.000 hectares, cerca de 11 % das terras da ilha, expulsando de seus territórios 1.654 famílias que tinham da terra seu meio de sobrevivência com pesca e lavoura (Botelho, 2007).

Conforme descrito no tópico 2.1, o Estado tem a função de garantir o pleno desenvolvimento econômico. Mediante a necessidade de aumento de produção e um aumento nos lotes de terra, o poder legislativo garante as necessidades do capital através de leis que beneficiem o setor econômico. Assim, na figura 6, observa-se uma crescente no perímetro industrial contendo alterações nos anos de 1980, 2002 e 2004. Dessa forma, Ferreira, A. (2014) entende que, na capital maranhense, o Estado viabilizou a reprodução do capital por meio de mecanismos que regulamentam o uso e a ocupação do solo.

Figura 6 - Histórico dos limites do Distrito Industrial de São Luís (1980, 2002, 2004)



Fonte: Maranhão (2013)

Tabela 2 - Territórios rurais expropriados para implantação da ALUMAR

Quantidades	Nomes
1	Boa Vista
2	Itaperuçú
3	Santa Efigênia
4	Samambaia
5	Tambaú
6	Lava-Pês
7	Andiroba
8	Tainha
9	Pindotia
10	Paquatia
11	Areia Branca
12	Remela
13	Inhaúma
14	Santa Fé
15	Carnaúba
16	Anajatiua
17	Aracaua

Fonte: Cruz (2022)

De acordo com Ferreira, M. (2003), a ALUMAR, atualmente consórcio ALCOA, ocupou os módulos A e C do DISAL, já que possuía uma operação maior, passando a abrigar a refinaria, a redução e os resíduos oriundos do processo. Devido à sua magnitude, tal empresa se tornou fonte de atração de plantas iniciais, ou seja, a atividade da ALCOA exigiu a presença de outras indústrias, entre elas, a de produção metálica estrutural, a fábrica de solda elétrica e a de oxigênio e acetileno etc. Com a instalação da CVRD e da ALCOA, outras empresas são instaladas no DISAL; e segundo a Gerência de Planejamento do Maranhão, em fevereiro de 1987, possuía 66 empresas das mais variadas atividades industriais.

Tabela 3 - Sistema ocupacional do Distrito Industrial de São Luís-MA

SISTEMA OCUPACIONAL DO DISAL – SÃO LUÍS (FEVEREIRO 87)		
RAZÃO SOCIAL	ÁREA	ATIVIDADE PRINCIPAL
INDÚSTRIAS IMPLANTADAS		
01. Aganor Gases e Equipamentos S/A	20.000	Fábrica de gases industriais e medicinais
02. Alunor Ltda	90.000	Fabricação de artefatos de alumínio
03. Concretex S/A	9.783	Concreto pré-fabricado
04. Carajás Indústria Mecânica Ltda.	17.997	Transformação e beneficiamento de produtos metalúrgicos e siderúrgicos
05. Café Caravelas Ltda	18.610	Torrefação e moagem de café
06. Café Luanda Ltda	10.085	Torrefação e moagem de café
07. Café Renascença Ltda	10.000	Torrefação e moagem de café
08. Engecol Engenharia Ltda	9.879	Confecção de pré-fabricados de cimento
09. FEM – Fábrica de Estrutura Metálica	73.107	Fabricação de estruturas metálicas
10. Fábrica de Velas Santa Clara Ltda	12.000	Fábrica de velas e produtos de limpeza
11. Indústria Pesqueira Tutóia Ltda	15.653	Beneficiamento de pescado
12. Ital Ltda	135.813	Fabricação de tratores anfíbios e barcos
13. Metalur Mecânica	14.433	Montagem de equipamentos industriais
14. Núcleo de Pesquisa e Processamento de Alimentos – Laboratório Farmacêutico-UFMA	12.000	Fabricação de produtos alimentícios e de limpeza e Laboratório Farmacêutico
15. Pré-molde Ltda	63.842	Fabricação de peças, artefatos e estrutura de cimento
16. Pré-fabricados Alfa do Maranhão S/A.	52.122	Fabricação de peças, artefatos e estrutura de cimento
17. Supermix Ltda	20.000	Concreto pré-fabricado, transporte e bombeamento
18. Agroindustrial Coqueiro Ltda	651.510	Artefatos de cerâmica
19. Artcil – Artefatos de Cimento Ltda	20.620	Confecção de pré-fabricados de cimento
20. Cerâmica Norte Brasil	160.312	Artefatos de cerâmica
21. Cerâmica São Luís	108.852	Artefatos de cerâmica
22. Cia Industrial Maranhense de Óleo	4.337	Extração. de óleo de mamona
22. Cia Industrial Maranhense de Óleo	4.337	Extração. de óleo de mamona
23. Consórcio Alumar	100.000.000	Usina de alumínio e alumina
24. C.V.R.D.	22.213.500	Terminal de minério de ferro
25. Cerâmica Quebra Pote	2.480.000	Artefatos de cerâmica
26. Premil Ltda	92.171	Confecção de pré-fabricados de cimento
27. Posto Presidente	50.000	Comércio de derivados de petróleo
28. Trans ferminas – Equipe de Montagem e Transportes Ltda	32.010	Prestação de serviços
29. Posto Esso Carreteiro	-	Comércio de derivados de petróleo
30. Posto Magnólia	-	Comércio de derivados de petróleo
31. Posto Esso	-	Comércio de derivados de petróleo
32. S/A White Martins	14.433	Fabricação e comercialização de gases industriais e medicinais
33. Star Ltda	10.000	Fabricação de móveis
34. Bahema S/A. – Tratores e Máquinas	36.000	Prestação de serviços, comercialização de máquinas e equipamentos
INDÚSTRIAS EM IMPLANTAÇÃO		
01. A. O. Gaspar Indústrias S/A	40.331	Fabricação de margarina, glicerina e sabonetes
02. Finobrasa S/A	41.800	Fiação e tecelagem
03. Hensa Farma Ltda	20.097	Ind., comércio e distribuição de produtos farmacêuticos
04. Indústrias Gandra	43916	Fabricação de sabão, detergente etc.
05. Metalúrgica Universal	35.000	Fabricação de ferramentas agrícolas
06. Nível Engenharia Ltda	10.000	Esquadrias e construção civil
07. Planalto Ltda	12.000	Produtos de gesso e cimento

08. Fertimar S/A	102.829	Fertilizantes (mistura)
09. Stirling Exportadora Ltda	10.000	Beneficiamento de pescado
10. Tanino do Nordeste S/A	62.500	Extração e atomização de tanino da casca de mangue
INDÚSTRIAS COM PROCESSO EM ANÁLISE		
01. Shalon Ltda.	18.000	Indústria de esquadrias
02. Til – Tibiri Industrial Ltda	10.000	Pré-fabricados de concreto
03. B & D Móveis Ltda	20.000	Indústria de Móveis em geral
04. Plástico do Brasil Ltda	13.520	Produtos derivados de polietileno
05. Áurea Calçados Ind. e Comércio Ltda	5.000	Indústria de calçados
06. Bormasa – Borracha do Maranhão S/A	10.000	Produtos de borracha (recauchutagem de pneus)
07. D. S. Borges Ltda	60.000	Derivados de soja
08. Indústrias Dalban	50.000	Fabricação de móveis em geral
09. Plastplay Ind. Comércio Ltda	13.520	Produtos derivados de polietileno
10. Romasa – Rocha Madeira Ltda.	12.35	Beneficiamento de madeira
11. Tapume Ltda	5.000	Beneficiamento de madeira
12. Vale de Agreste Ind. Com.de Plásticos	10.000	Produção de charque
13. Incoplast – Ind. e Com. de Plásticos	10.000	Industrialização de embalagem plástica
14. IMAFRI – Ind. Maranhense de Refrigerantes Ltda	10.000	Industrialização de refrigerantes
15. Isabela Móveis e Esquadrias Ltda.	10.000	Industrialização e comercialização de Produtos derivados de madeira
16. ASA – Indústria e Comércio Ltda.	66.000	Fabricação de pontes, postes e galpões metálicos
17. Amido – Agroindustrial e Florestal Ltda	10.000	Indústria de produtos alimentícios e reflorestamento
18. ENGEPLAST – Ind. e Com. Ltda.	12.000	Fabricação de embalagem plásticos, eletrodutos plásticos e produtos de limpeza
19. ARTCNAM – Artefatos de Cimento do Nordeste e Amazônia Ltda	20.000	Produção de tijolos agregados para Construção civil

Fonte: GEPLAN (2002)

5 A CAPITAL PÓS-INDUSTRIALIZAÇÃO

5.1 Processo de modernização da economia ludovicense

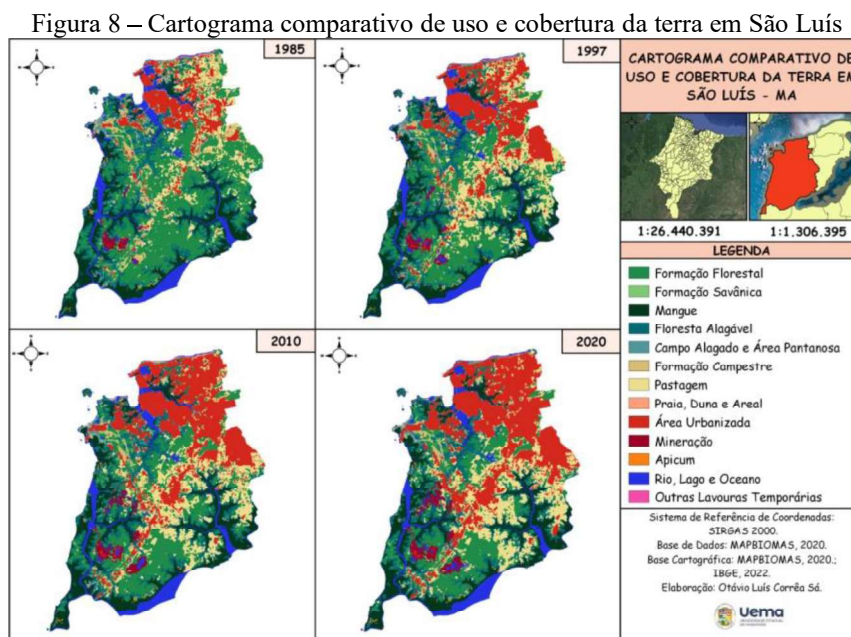
Nesta sessão, será tratado sobre os impactos econômicos frutos da industrialização na capital maranhense, seguindo os pressupostos de Santos, M. (2013) quanto ao papel do geógrafo no terceiro mundo, devendo suas análises priorizar dados econômicos. Tal abordagem é capaz de expor de que forma os países subdesenvolvidos estão inseridos no mercado internacional criando, assim, um modelo de cidade.

A atividade fabril provocou mudanças na divisão social e espacial do trabalho, sendo que tal setor necessita para se desenvolver das chamadas “economias de aglomeração”; infraestrutura, mão de obra e proximidade com indústrias complementares. Dessa forma, o processo manufatureiro necessita, em grande escala, de empregados, concentração da população, energia, escritórios, rede de comunicação e transporte, unidade de distribuição e armazenamento e outros. À medida que as indústrias iniciam suas atividades, as contradições sociais emergem entre elas; de modo que o acesso à terra, o espaço geográfico antes com função de reprodução da vida humana, converteu-se em espaço da produção capitalista (Carlos, 2000).

Nos anos 1970, intensificou-se o processo de modernização do espaço econômico maranhense através do recurso mais abundante que Estado possuía: as terras devolutas. Com a implementação da lei de terras do governo Sarney (1966-1970), armou-se um verdadeiro mercado de terras, atraindo grupos econômicos de dentro e fora do Estado, iniciando, assim, uma relação terra e capital comandada pelos órgãos estaduais COMARCA e SUDEMA.

A aprovação da Lei Sarney de Terras, em 1969, trouxe a ideia da modernização econômica com a construção de grandes obras públicas e a implantação de indústrias na capital (Amaral Neto, 2019), porém esse ornamento jurídico acelerou o processo de grilagem, violência no campo e concentração fundiária. O art. 14º da mesma lei que dispõe sobre as terras descreve que não serão alienadas terras a quem for proprietário no Estado, cujas áreas ou área de sua posse ou seu domínio não sejam devidamente utilizadas com exploração de natureza agropecuária, extrativa ou industrial. Dessa forma, o camponês não teria condições jurídicas para utilizar a terra, apenas os grupos empresariais que adquiriram lotes com valores abaixo de mercado, sem concorrência, financiado por bancos estatais, ocasionando a retirada de famílias camponesas de suas posses.

Os Grandes Projetos implantados no Maranhão alteraram as estruturas do estado, de modo que a CVRD interferiu diretamente na vida da população ludovicense e de outros municípios, como Santa Inês, Açailândia e Imperatriz (Botelho, 2007). Tais alterações foram positivas, a exemplo do crescimento da renda per capita, da modernização, de empregos etc.; e também negativas, como a expulsão de famílias residentes nos entornos dos projetos, as desapropriações modificaram a vida de comunidades indígenas, quilombolas, posseiros e camponeses. (figura 8).



Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Pode-se observar o processo de ocupação do solo no Distrito Industrial, a expansão da área construída, residencial e industrial. As áreas residenciais são caracterizadas como adensamentos subnormais, consolidando a segregação socioespacial definida, por Pereira *et al.* (2014), como um processo em que as pessoas buscam espaços alternativos para viver, que são necessariamente áreas menos nobres da cidade, como morros, áreas alagadas e viadutos, gerando espaços urbanos periféricos ou aglomerados subnormais. Tal característica pode ser observada, por exemplo, ao longo das margens da Br135, onde várias residências não possuem o mínimo de estrutura tais como água encanada, esgoto e vias asfaltadas, configurando, assim, o conceito de espoliação urbana. (figura 9)

Figura 9 - Residências às margens da BR-135



Fonte: Acervo do autor (2024)

Com a implantação do Programa Grande Carajás (PGC), no espaço urbano ludovicense, a economia maranhense foi dinamizada, bem como a implantação da ALUMAR possibilitou a conexão entre o estado e o mercado internacional. A partir dessa dinamização da economia local, o processo de migração atenuou; de modo que a busca por uma moradia por esses grupos de imigrantes intensificou o uso do solo urbano por grupos pobres. Tal expansão gerou a ocupação de áreas sem infraestrutura; por outro lado, o processo de verticalização da então denominada cidade nova por grupos dominantes se concentra nessas áreas.

Apesar do escopo modernizador, muitas medidas representaram retrocessos e passaram longe de promover ganhos para a parcela mais vulnerável da população de São Luís. A Lei de terras de 1969 – um importante aparato jurídico da época foi um importante exemplo dessa lógica, uma vez que, a legislação impôs dificuldades para o uso da terra pelos posseiros e, por isso, incentivou a processo das periferias, sobretudo nas regiões alagadiças e centrais de São Luís, espaços que estavam ao alcance da população pobre que chegava à capital (A questão..., 2017).

Sob a égide dos governos militares de ocupar os espaços vazios, a Ilha do Maranhão se tornou polo receptivo de leva de migrantes nos anos 1970-1980 (tabela 5), motivados pela promessa de emprego na região portuária e industrial (Costa, 2023). Junto com a ocupação desses espaços, aflorou, em São Luís, as ocupações desordenadas dos espaços e problemas, a exemplo a ausência de serviços públicos e violência urbana, apresentando, assim, um cenário de contradições, a construção de casebres em meio às usinas. Dessa forma, o Maranhão e sua capital estão inseridos no circuito capitalista nacional. Dos 39 bairros considerados aglomerados subnormais em São Luís, em 2010, cerca de 11 estão localizados no DISAL.

Os aglomerados subnormais em São Luís compõem 39 de um total 87 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2011), correspondendo a 20%. Tais áreas são definidas, popularmente, como “invasões ou vilas”, por exemplo Vila Embratel, Vila Isabel Cafeteira, caracterizando, na capital maranhense, um processo desordenado de expansão do espaço advindo dos projetos minero-metalúrgico e do agronegócio. (Figura 10)

Tais características formulam o que Lúcio Kowarick (1979) conceitua, no final da década de 1960, de espoliação urbana, que é a pauperização em áreas metropolitanas que está relacionada ao acesso a terras, habitação e bens de consumo coletivo. O Estado teve papel na consolidação das desigualdades socioespaciais dando suporte ao capital estatal e industrial, expulsando as camadas populares de seus territórios com a finalidade precípua de acumular capital, mantendo a lógica de reprodução e acumulação. Destarte, o solo é visto apenas como mercadoria, assegurando reprodução e gerando uma espoliação severa; logo, é necessária a existência de políticas públicas que atinjam toda uma população esquecida por órgãos públicos.

Figura 70 - Ranking dos aglomerados subnormais do município de São Luís por domicílios particulares ocupados em 2010

Ordem	Aglomerados subnormais	d.p.o.* em A.S.	População residente em d.p.o. em A.S.	Média de moradores em d.p.o. em A.S.	Ordem	Aglomerados subnormais	d.p.o.* em A.S.	População residente em d.p.o. em A.S.	Média de moradores em d.p.o. em A.S.
	Maranhão	91.786	348.074	3,8		Maranhão	91.786	348.074	3,8
	São Luís	61.845	232.912	3,8		São Luís	61.845	232.912	3,8
1	Coroadinho	14.278	53.945	3,8	21	Irmãos Coragem	547	2.368	4,3
2	Vila Embratel	6.244	23.506	3,8	22	São Francisco	484	1.908	3,9
3	Vila Luizão	5.868	22.353	3,8	23	Tamancão	473	1.789	3,8
4	Vila Janaina	4.450	16.596	3,7	24	Jaracati	460	1.759	3,8
5	Vila Isabel Cafeteira	3.717	14.107	3,8	25	Santa Bárbara	418	1.595	3,8
6	Vila São Luis	2.570	9.733	3,8	26	Vila Itamar	415	1.680	4,1
7	Sã Viana	2.467	9.460	3,8	27	Vila Vitória	413	1.520	3,7
8	Santa Clara	1.892	7.211	3,8	28	Resid. Pontal da Ilha	398	1.361	3,4
9	Ilhinha	1.876	6.901	3,7	29	Vila Alexandra	349	1.198	3,4
10	Divinéia	1.669	6.326	3,8		Tavares			
11	Coroadó	1.529	5.815	3,8	30	Alemanha	337	1.423	4,2
12	Novo Angelim	1.265	4.805	3,8	31	Jaracaty	330	1.312	4,0
13	Gapara	1.262	4.678	3,7	32	Vila Conceição II	303	1.111	3,7
14	Vila Gancharia	1.241	4.565	3,7	33	Sã Viana	282	1.050	3,7
15	Vila Nova	1.112	4.011	3,6	34	Liberdade	244	828	3,4
16	Vila Mauro Fecury I	1.068	4.076	3,8	35	Alto da Esperança	231	937	4,1
17	Fé em Deus	790	3.001	3,8	36	Santa Rosa	206	874	4,2
18	Resid. do Careca	786	2.366	3,0	37	Mangue Seco	169	648	3,8
19	Camboa	780	3.029	3,9	38	Portelinha	115	350	3,0
20	Vila Maria Aragão	693	2.320	3,4	39	Santa Júlia	114	397	3,5

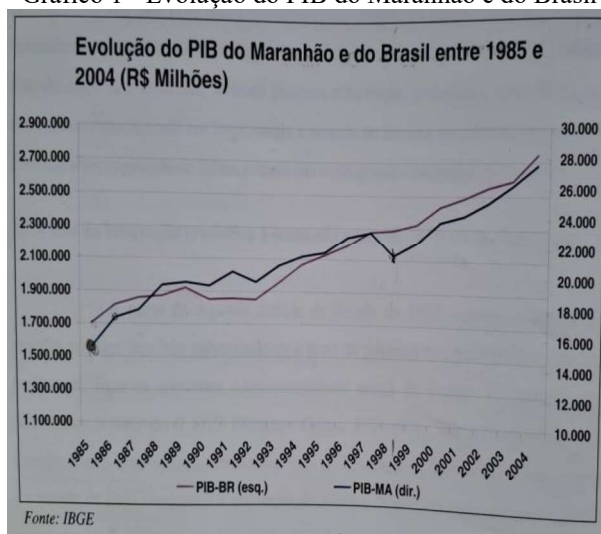
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2011)

5.2 O reflexo do Distrito Industrial na economia

A economia maranhense se integrou ao cenário nacional, principalmente do ponto de vista produtivo, financeiro e comercial, mesmo sendo o sudeste do país o maior centro dinâmico. No final dos anos 80, o Brasil passava por uma crise de estagnação econômica,

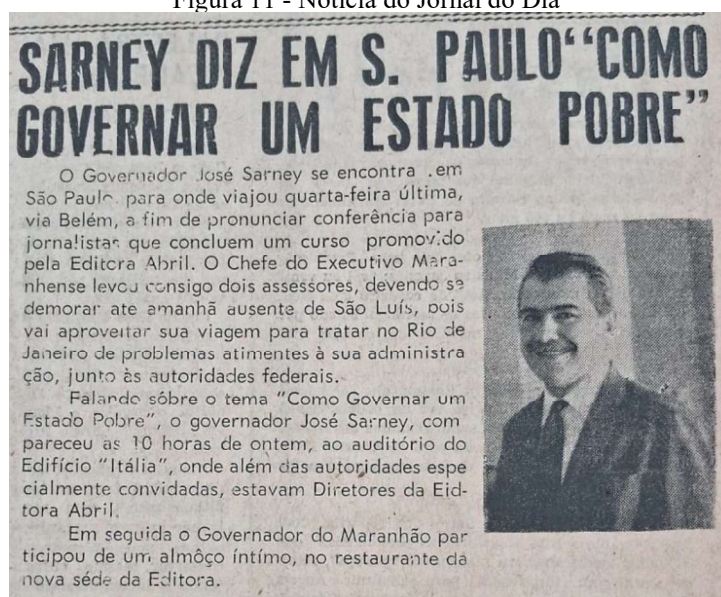
consequência da desorganização inflacionaria, porém o Maranhão já se destacava pelos desdobramentos de investimentos minero-metalúrgicos e logísticos dos anos 80 (Holanda, 2008). Destarte, ao analisar o Gráfico 1, é notória a evolução do PIB maranhense capitaneado pela produção de matéria prima no DISAL, sempre paralelo ao mercado nacional. O plano econômico de industrialização em São Luís refletiu de forma positiva a ponto de o então governador José Sarney marchar para os estados do sul e sudeste do Brasil para explicar o sucesso do plano econômico (figura 11).

Gráfico 1 - Evolução do PIB do Maranhão e do Brasil



Fonte: Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (2008)

Figura 11 - Notícia do Jornal do Dia⁴



Fonte: Jornal do Dia (1968)

⁴ Sarney diz em São Paulo "como governar um estado pobre" no Jornal do Dia, 3 de maio de 1968. Sarney atraiu a mídia do Sul do país (Costa, 2023) com exemplo de como um estado pobre do Nordeste apoiado em um projeto ambicioso de desenvolvimento garantia através de investimentos federais intervenções urbanas na capital maranhense e empreendimento, como a Usina Hidrelétrica de Boa Esperança, a pavimentação de ruas etc.

Possuindo características únicas, como profundidade dos canais marítimos e proximidade dos mercados europeus e do Canal do Panamá, o DISAL está em perfeitas condições operacionais. O principal produto escoado, de acordo com o governo do Maranhão⁵, 34,9%, o complexo de soja foi destaque; no que tange ao valor vendido para o exterior pelo Maranhão, os outros produtos que se sobressaíram foram os complexos de alumínio (23,8%) e de celulose (12,9%). As importações maranhenses, em 2023, somaram US\$ 2,4 bilhões nos meses de janeiro a junho de 2023. São Luís se destacou por concentrar 95,2% do total importado pelo estado.

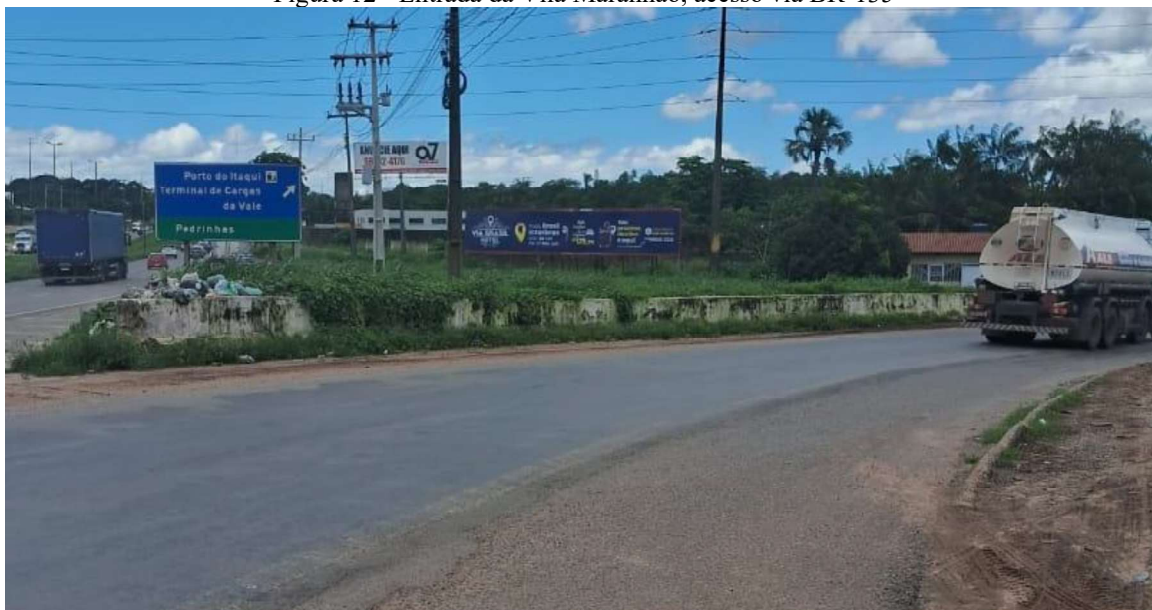
O estado do Maranhão encerrou o ano de 2023 com a criação de mais de 22 mil novas vagas de trabalho de carteira assinada, mais de 15% em vários seguimentos industriais. O grande potencial econômico de São Luís (Ferreira, 2022) é consequência da sua localização privilegiada, sua estrutura logística hidroviária, rodovia federal, dutos, portos e os projetos industriais, logo, a concentração industrial de São Luís é considerada um dos principais polos industriais do Nordeste.

O modelo de desenvolvimento instalado pela SUDENE através do chamado Sistema 34/18⁶, que favoreceu para o polo industrial colher seus frutos nos dias atuais, de acordo com o Boletim do Comércio Exterior Maranhense (Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos, 2022). Em 2021, São Luís possuía 34 empresas exportadoras, ou seja, o maior contingente com dois seguimentos econômicos de grande relevância na economia maranhense, que são escoados pelo DISAL (figura 13): as commodities agrícolas e metálicas. O maior produto é a alumina, com 70% das exportações, sendo o Maranhão o segundo maior exportador num ranking de sete estados, seguido das exportações de minério e milho.

⁵ Disponível em: <https://www.ma.gov.br/noticias/maranhao-foi-o-segundo-estado-do-nordeste-com-maior-valor-exportado-em-2022>. Acesso em: 28 fev. 2024.

⁶ A priori conhecidos como Sistema 34/18, os incentivos fiscais foram chamados dessa forma por fazerem referência ao Artigo 34 do Decreto nº. 3.995, de 14 de dezembro de 1961, bem como as alterações que foram realizadas pelo Artigo 18, do Decreto nº. 4.239, de 27 de junho de 1963, os quais criaram e regulamentaram os incentivos para as inversões na região do Nordeste (Goodman; Albuquerque, 1974).

Figura 12 - Entrada da Vila Maranhão, acesso via BR-135



Fonte: Acervo do autor (2024)

O dinamismo da economia contrasta com a estagnação econômica e a grande extensão de pobreza. Esse modelo desenvolvido pela SUDENE (Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos, 2008), para José Serra e Maria da Conceição Tavares (1976), a maioria da população permanece em condições de grande privação econômica em razão do dinamismo do sistema ou ainda ao tipo de dinamismo que o anima. Há uma expectativa para setores, como combustíveis, favorecendo o aumento de ICMS, empresas portuárias impulsionadas pelo crescente aumento de lucros da EMAP e aglomerados como SUZANO, ULTRAGAS e Vale, além dos incentivos estaduais.

Destarte, ao observar o gráfico a seguir, percebe-se que os efeitos dos projetos industriais são reduzidos (Ferreira, A., 2014), tendo uma concentração de produção em produtos intermediários, definindo o núcleo industrial como enclave. A capital maranhense vem a ser uma fonte de matéria prima para o exterior.

Gráfico 2 - Importações e Exportações do Maranhão

Complexos e produtos	2022		2023		Variação (%) 2023/2022		Var. Absoluta
	US\$ milhões	Kg milhões	US\$ milhões	Kg milhões	Valor	Quant.	US\$ milhões
Total Exportado	5.738,0	14.635,1	5.480,6	14.859,7	-4,5	1,5	-257,4
Complexo Alumínio	1.367,8	3.633,3	1.155,4	2.979,3	-15,5	-18	-212,4
Complexo Soja	2.003,1	3.468,1	2.182,6	4.207,2	9	21,3	179,5
Complexo Celulose	740,4	1.731,6	622,3	1.598,0	-16	-7,7	-118,1
Complexo Ferro	665,5	3.615,3	492,3	3.512,9	-26	-2,8	-173,1
Complexo Milho	571,6	2.063,3	594,9	2.443,8	4,1	18,4	23,4
Complexo Ouro	173,3	0,0	225,5	0,0	30,1	20,7	52,2
Complexo Algodão	115,0	48,7	79,0	42,0	-31,3	-13,7	-36,0
Complexo Proteína Animal	30,2	7,7	31,3	8,1	3,4	5,2	1,0
Outros Complexos	71,1	67,0	97,3	68,4	36,9	2,2	26,2

Fonte: BRASIL (2024)

Os grandes empreendimentos não resolveram todas as necessidades de empregabilidade e prosperidade do Maranhão (Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos, 2008), caso não venham acompanhados da dinamização dos pequenos e médios empreendimentos que agreguem valor às matérias-primas, dinamizando as economias locais. De nada vale um crescimento econômico sem liberdade e justiça social (Gomes, 2020), pois ainda que o PIB per capita seja um bom indicador de riqueza não expressa como a riqueza é distribuída. Apesar de tamanha riqueza operacional e valores arrecadados pelo estado do Maranhão, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022), a capital possui o maior número da federação de pessoas extremamente pobre, de modo que a capital maranhense possui 1 milhão e 400 mil pessoas vivendo em extrema pobreza.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer dos capítulos apresentados, analisou-se o processo de industrialização em São Luís a partir dos anos 70. As informações disponíveis indicam que a economia maranhense sofreu alterações a partir da eleição de José Sarney para o executivo estadual e a ruptura institucional de 1964. O principal componente desse avanço econômico foi o II Plano Nacional de Desenvolvimento orientados pela SUDENE e a Lei n.º 2.979 de junho de 1969, vulgarmente conhecida como Lei Sarney de Terras. Tal plano consistiu em uma série de investimentos na área de mineração e tecnologia, agregando abertura de universidades e centros de pesquisas em todo o país, promovendo uma base vigorosa para um desenvolvimento autônomo do Brasil e a lei estadual previa a concepção de terras a grupos empresariais.

Empresas público e privadas impulsionariam a economia, desconcentrando a produção em seu favor; as estruturas produtivas alargadas; o usufruto dos produtos regionais das regiões periféricas; e, conseqüentemente, o PIB elevado, com ênfase em uma política de desenvolvimento da região, diminuindo, assim, o problema de subdesenvolvimento na região.

Destarte, o estado do Maranhão, especificamente a capital, recebeu parte desses investimentos, de modo que o estado brasileiro, aliado ao capital privado, deu suporte e acesso a grandes extensões de terra que viriam a formar o Distrito Industrial de São Luís (DISAL). A criação desse Distrito foi fator preponderante para o chamado “milagre maranhense”, haja vista que os altos índices de produção e exportação geraram uma alta oferta de empregos formais, porém não significou uma transformação moderna conforme os informes publicitários e dos discursos de desenvolvimento. O governo federal executou projetos sob a perspectiva de economia e segurança nacional. Por força de lei, foram criadas áreas, separando-as em lotes para que fossem instaladas as indústrias de grande porte e as menores que dariam suporte, iniciando uma série de problemas socioespaciais que perduram até os dias atuais.

Antes isolada dos outros centros urbanos, agora, a Ilha do Maranhão se insere na economia nacional, perdendo, assim, sua característica anterior de vendas no comércio atacadista e varejista e passa a ser uma economia industrializada, passando a ser receptáculo de pessoas oriundas de outros municípios atraídos pela promessa de emprego e melhoria na qualidade de vida, vindo até mesmo de outros estados. A capital passa a ser uma grande aglomeração urbana; seus espaços, antes ocupados por comunidades centenárias, passa a

abrigar indústrias a partir da segunda metade do século XX; grandes empreendimentos, como CVRD e ALUMAR, instalaram-se na ilha, expulsando essas camadas pobres para áreas precárias, como subúrbios e que quase não possuem acesso a itens básicos para a sobrevivência urbana formando os modelos que Milton Santos (2013) descreve como trabalho para produção de geógrafo, que são as características estruturais dos países subdesenvolvidos como forte presença do capital, periferias, favelas, habitações improvisadas e outras.

Sem a participação da população, a ocupação desses espaços ocorreu de forma conservadora. As áreas destinadas à população sofrem com os problemas dos grandes centros urbanos; enquanto isso, grupos econômicos usufruem de uma vasta infraestrutura, como água e energia elétrica. Dessa forma, a economia maranhense possui 70% do PIB proveniente dos setores dinâmicos citados na pesquisa, ferro e alumínio, porém há uma necessidade de investimento em outros setores. É preciso a criação de um ambiente propício para o crescimento econômico e que tire o estado do Maranhão e a capital da lista dos piores índices sociais do país.

O II PND utilizou a chamada estratégia de desenvolvimento e teve seus impactos positivos (Huback, 2014), porém estes estão restritos ao campo econômico, visto que não gerou uma melhoria na distribuição de lucros; e, com o crescimento acelerado, é necessário políticas públicas de redistribuição. Concomitante, os objetivos da SUDENE possibilitaram entender as alterações espaciais que ocorrem na porção oeste da ilha de São Luís; local onde está implantado o DISAL, evidenciando, assim, os conflitos oriundos da organização do espaço, expulsando comunidades tradicionais de seus territórios e comprovando a necessidade de um planejamento quanto ao uso do solo, bem como políticas de desenvolvimentos.

Sob uma perspectiva econômica, os altos investimentos refletem no PIB de forma imediata, uma vez que o DISAL cumpriu seu objetivo de inserir o Maranhão em uma lógica de mercado integrando a economia local à economia nacional, e na Divisão Internacional do Trabalho como exportador de matéria-prima; produtos estes que estão na formação do Produto Interno Bruto até os dias de hoje, tais como alumina e minério de ferro.

Para que haja um completo desenvolvimento (Gomes, 2020), o estado brasileiro necessita desenvolver um projeto nacional que agregue trabalhadores, adotando estratégias que visem o crescimento nacional, a conexão do uso das suas matérias-primas ao parque industrial e geografia, bem como ceder condições de financiamentos, formação de mão de obra. Assim, a dependência externa restrita para que haja um crescimento humano com a adição de justiça social à distribuição de renda e políticas públicas; consequentemente,

melhorando a colocação de São Luís (19º) no mapa das desigualdades (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2024).

REFERÊNCIAS

- AMARAL NETO, R. Lei Sarney de terras :conflito fundiários e resistência camponesa no oeste maranhense nas décadas de 1970 e 1980. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. 30., 2019, Recife, [S. l.: s. n.], **Anais...** 2019. Disponível em: https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1564957352_ARQUIVO_ArtigoANPUH.pdf. Acesso em: 13 jun. 2024.
- A QUESTÃO fundiária no Maranhão: implicações e desdobramentos da “Lei Sarney de Terras” na década de 1970. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 29., Pinheiro, 2017, Maranhão, **Anais...**, 2017.
- BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Sousa. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Person, 2013.
- BECKER, Bertha K.; EGLER, Claudio A.G. **Brasil**: uma nova potência regional na economia e no mundo. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.
- BOTELHO, Joan. **Conhecendo e debatendo a História do Maranhão**. 1. ed. São Luís-MA: Fort Gráfica, 2007.
- BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. **Perspectivas do Desenvolvimento Brasileiro**. [Brasília]: IPEA, 2010. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/2-uncategorised/9970-perspectivas-do-desenvolvimento-brasileiro>. Acesso em: 13 jun. 2024.
- BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Secretaria de Comércio Exterior. **Comex Stat**. Brasília, DF, [2024]. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>. Acesso em: 19 fev. 2024.
- CORRÊA, Roberto Lobato *et al.* A cidade de São Luís. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, p. 61-111, 1975.
- COSTA, Marcelo Lima. São Luís em tempos de “Milagre”: modernização urbanística, autoritária e inacabada sob o governo José Sarney (1960 - 1970). **Veredas da História**, Bahia, v. 16, n. 1, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/rvh.v16i1.52019>. Acesso em: 21 mar. 2024.
- CRUZ, Antônio José Araújo. **Modernizações, expulsões e resistências na metrópole de São Luís**: os territórios rurais do Cajueiro e da Camboa dos Frades São Luís. 2022. 150 f. Dissertação (Pós-Graduação em Geografia) - Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2022.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.
- FERREIRA, Antônio José de Araújo. **A produção do espaço urbano em São Luís do Maranhão**: passado e presente; há futuro?. 1. ed. São Luís: EDUFMA, 2014.

FERREIRA, Érika Pereira. **Efeitos de empreendimentos de grande porte na dinâmica territorial e socioambiental da região do Distrito Industrial de São Luís, Maranhão**. 2022. 64 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2022.

FERREIRA, Mario Cesar Perfetti Jansen. **Distritos industriais: opção de desenvolvimento**. 2003. 146 f. Tese (Mestrado Profissional) – Pós-Graduação da Faculdade de Engenharia Mecânica, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2003.

GOMES, Ciro. **Projeto nacional: o dever da esperança**. São Paulo: Leya, 2020.

GOODMAN, David E.; SENA, Júlio Ferreira; ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. Os incentivos financeiros à industrialização do Nordeste e a escolha de tecnologia. **Pesquisa e Planejamento Econômico (PPE)**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 329-365, dez. 1971.

GOODMAN, David E.; SENA, Júlio Ferreira; ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. **Incentivos à industrialização e desenvolvimento do Nordeste**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1974. p. 163-165.

HIRSCHMAN, Albert O. Desenvolvimento Industrial no Nordeste Brasileiro e o Mecanismo de Crédito Fiscal do Artigo 34/18. **Revista Brasileira de Economia**, [s. l.], v. 21, n. 4, 1967. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rbe/article/view/1743>. Acesso em: 12 jun. 2024.

HOLANDA, Felipe de. Dinâmica da economia maranhense nos últimos 25 anos. *In*: **Cadernos IMESC**, São Luís: IMESC, n. 4, 2008.

HUBACK, Vanessa Barroso da Silva. **2º PND revisitado: diferentes visões acerca do plano**. 2014. 66 f. Monografia (Bacharelado em Economia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010: aglomerados subnormais – primeiros resultados**. Rio de Janeiro, 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico do Brasil do Brasil de 2022**. [Brasília]: IBGE, 2022.

IGLESIAS, Francisco. **A industrialização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

IMESC. Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento. Boletim do comércio exterior maranhense. **IMESC**, 2022.

INSTAGRAM. Disponível em: <https://www.instagram.com/slzmemoria?igsh=ZzE5dHo1aG1wYjA2>. Acesso em: 12 jun. 2024.

KOWARICK, L. A espoliação urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 205. *In*: NEVES DOS SANTOS, Luis Eduardo. **O urbano ludovicense**: produção e fragmentação do espaço, território, planejamento, cultura e reflexões. São Luís: EDUFMA, 2021.

LEITE, Marcos Esdras.; ROSA, Roberto. Geografia e geotecnologias no estudo urbano. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 7, n. 17, p. 180-186, 2006. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/15396>. Acesso em: 31 mar. 2024.

MARANHÃO. Gerência de Planejamento e Desenvolvimento Econômico. **Atlas do Maranhão**. São Luís: GEPLAN, 2002.

MIYAMOTO, Shiguenoli. **Geopolítica e poder no Brasil**. Campinas: Papirus, 1995.

MORAES, Roberto. Minério de ferro: o que vale a Vale? **Blog do Roberto Moraes**, 2016. Disponível em: <http://www.robertomoraes.com.br/2016/12/minerio-de-ferro-o-que-vale-vale.html>. Acesso em: 12 mar. 2024.

OLIVEIRA, Allison Bezerra. Implantação industrial, reestruturação produtiva e alterações no mercado de trabalho no sudoeste maranhense (2008-2018). *In*: SANTOS, L. C.; SEABRA, G. F.; CASTRO, C. E. (Org.). **Geografia: trabalho, sociedade e meio ambiente**. São Luís: Eduema, 2018. p. 340-360.

PALHANO, Raimundo; SOUSA, Jhonatan U.P. **A singularidade do pensamento de Ignacio Rangel**. São Luís: IMESC, 2008.

PEREIRA, Maria Eunice Ferreira Damasceno *et al.* Pobreza e segregação socioespacial no Maranhão. **Observatório social e do trabalho**, São Luís, n. 3, 2014. Disponível em: https://www.gaepf.ufma.br/boletim/images/boletim/ano-3-numero-3/em_foco_-_atual.pdf. Acesso em: 12 mar. 2024.

PINTO, Gustavo Louis Henrique. Celso Furtado, 100 anos: uma política de desenvolvimento econômico para o nordeste (1959). **Economia e História: especial Celso Furtado**, [s. l.], p. 55-62, 2020.

RAMOS, Elen Maiara dos Santos Reis *et al.* Incentivo fiscal: vilão ou mocinho. **Revista Alcance**, Universidade do Vale do Itajaí, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, 2020.

ROLIM FILHO, Claudiomar Matias. **Formação econômica do Maranhão**: de província próspera a estado mais pobre da federação. O que deu errado? 2016. 112 f. Dissertação (Pós-Graduação em Geografia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

SANTOS, Flávio Roberto Gomes dos; MENDES, Raquel de Oliveira. A organização do espaço urbano em São Luís e suas consequências ante o implemento dos grandes projetos econômico/tecnológicos em seu território. *In*: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 2., São Luís, Universidade Federal do Maranhão, 2005. Disponível em: https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppII/pagina_PGPP/Trabalhos/EixoTematicoA/90Flavio_Roberto_Raquel_Oliveira.pdf. Acesso em: 12 jun. 2024.

SANTOS, Milton. **O trabalho do geógrafo no terceiro mundo**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2013.

SARNEY diz em S. Paulo “como governar um estado pobre”. **Jornal do Dia**, São Luís, 1968.

SERRA, José; TAVARES, Maria da Conceição. Além da estagnação: uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente no Brasil. *In*: SERRA, José. **América Latina** – ensaios de interpretação econômica. São Paulo: Paz e Terra, 1976.

SINGER, Paul. **O capitalismo**: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica. São Paulo: Moderna, 1990.